



Ass. Paraibana do Ministério Público



BALANÇO DE GESTÃO

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO PARAIBANA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2015 – 2019



PIONEIRISMO: REALIZAÇÃO DO 1º DEBATE ENTRE CANDIDATOS A PGJ

No primeiro ano da gestão e pela primeira vez na história, a APMP realizou um debate entre os candidatos ao cargo de procurador-geral de Justiça do Ministério Público da Paraíba. O evento foi acompanhado por membros da instituição (procuradores e promotores de Justiça), que estiveram presentes à Granja dos Promotores. Participaram do debate os seis candidatos que disputaram a eleição para a lista tríptica de nomeação do PGJ para o biênio 2015/2017: os promotores de Justiça João Geraldo Carneiro Barbosa, Amadeus Lopes Ferreira, Ádrio Nobre Leite, Carlos Romero Lauria Paulo Neto, Bertrand de Araújo Asfora e Antônio Hortêncio Rocha Neto.



Nomeação do candidato mais votado

Antes da realização do pleito, em 29 de julho de 2015, a APMP encaminhou um expediente ao governador Ricardo Coutinho (PSB), pedindo pela nomeação do candidato mais votado, com o objetivo de zelar pelo regime democrático. De acordo com o ofício, a medida refletia o desejo da maioria dos membros do Ministério Público paraibano.



Solenidade de posse

O presidente da APMP, Bergson Formiga, participou da solenidade de posse do procurador-geral de Justiça, Bertrand de Araújo Asfora, no dia 29 de agosto, que aconteceu no Centro de Convenções, em João Pessoa. Em seu discurso, Bergson saudou o PGJ e também enfatizou os avanços institucionais do Ministério Público da Paraíba, apontando que o quadro da instituição se tornou de organização e planejamento, com equilíbrio. “A classe teve a sensatez de reconhecer o trabalho”, disse.



Congresso Nacional do MP

O presidente da APMP, procuradores e promotores de Justiça do Ministério Público da Paraíba estiveram presentes no XXI Congresso Nacional do Ministério Público que aconteceu no Rio de Janeiro. Os membros do MP paraibano também participaram das apresentações de palestras e teses, com abordagem de diversos assuntos institucionais e administrativos.



Em 2015, vários requerimentos foram apresentados pela diretoria da APMP, com o objetivo de assegurar o direito do associado ao auxílio-saúde, além da verba de substituição indenizatória, entre outros benefícios.

AUXÍLIO-MORADIA

Devido à restrição do MPPB, ao recebimento do auxílio-moradia para os cônjuges ou companheiros de membros, a APMP resolveu entrar com um mandado de segurança para que a instituição cumprisse a decisão reconhecida pelo Superior Tribunal Federal de pagamento a todos os membros do MP Brasileiro. Na defesa do interesse de seus associados, a APMP chegou a apresentar requerimento verbal ao PGJ, buscando o pagamento do benefício a todos os membros da Paraíba.



- Implantação do auxílio-saúde para membros ativos e aposentados do MPPB.



- Uma das solicitações encaminhadas foi a adequação de natureza jurídica da verba de substituição cumulativa, como já ocorre em outros estados da Federação, passando a ser considerada por lei como indenizatória.



- Outro pleito foi a colocação de um assessor nas Promotorias de Justiça onde não há promotor titular.

REFORMA NA SEDE CAMPESTRE

Melhorias foram realizadas na sede campestre da entidade com o objetivo de proporcionar ao associado um ambiente mais agradável e um serviço de qualidade nos momentos de lazer. Foram realizadas várias intervenções em sua estrutura física, como a reforma completa da entrada, com colocação de novo portão, construção de guarita, calçada, jardinagem, aplicação de revestimento nas paredes, colocação de interfone. No interior foi construído um rol de entrada, calçadas, jardins e outro ambiente para eventos de menor porte. Todas as lâmpadas do salão foram substituídas por outras mais econômicas (LED), colocação de novos refletores (LED). Os cuidados também chegaram ao campo de futebol com a substituição dos reatores. Além disso, houve revitalização do prédio e dos apartamentos que o integram, incluindo a aplicação de textura e pintura na parte externa e nova pintura interna, nova iluminação, entre outras coisas.



Associados aposentados

A APMP promoveu na Granja dos Promotores um encontro com os associados aposentados. O evento contou com palestras, juntamente com uma ação da Unimed, para tratar do bem-estar dos associados.



Estudo para reforma do Estatuto

Com o objetivo de atualizar o Estatuto da APMP, um estudo foi realizado pela comissão formada pelos promotores de Justiça Leonardo Quintans, Márcio Gondim, Rodrigo Pires, Lean de Xerez, Amadeus Lopes, Francisco Seráfico, Otacílio Marcus Machado Cordeiro e o presidente Bergson Formiga. Em 2013, houve alterações pontuais na gestão do então presidente Francisco Seráfico, mas de acordo com o promotor Leonardo Quintans seria importante uma renovação do texto.



Primeiro Título do Nordeste

Os membros da Associação Paraibana do Ministério Público venceram a Associação Cearense por 3 a 0 e se sagraram campeões do torneio de futebol society do 6º Congresso Ministério Público da Região Nordeste. Os gols da partida foram dos promotores de Justiça, João Manoel de Carvalho (2) e Lean Xerez. Além disso, Ricardo Gabínio foi eleito o melhor goleiro da competição. Também fizeram parte da equipe Francisco Seráfico, Bergson Formiga, Uirassu Medeiros, Otacílio Cordeiro, Pedro Henrique de Freitas e Reynaldo Serpa.



Torneio Nacional em São Paulo

O time da APMP participou do 14ª edição do Torneio Nacional de Futebol Society, na capital paulista, organizada pela Conamp e Associação Paulista do Ministério Público, que ocorreu de 05 a 07 de setembro de 2015. A equipe paraibana ficou com o vice campeonato no Super Master e em quarto no Força livre.



Desde o início da gestão, a defesa do associado sempre foi a prioridade para a diretoria da APMP. Ao lado da Conamp, a entidade estadual lutou pelos direitos de classe a nível local e também nacional. Neste período, foram discutidos os reflexos da aprovação dos subsídios, do auxílio-moradia e da PEC da Bengala. Também foram debatidas questões como segurança institucional, possibilidade de permuta entre os MPs estaduais, medidas de combate à impunidade, entre outras coisas.



■ AUXÍLIO-MORADIA E SUBSÍDIOS

Apesar da autorização do CNMP quanto à automaticidade da correção do valor do subsídio após a provação da lei 13.092/2015, a Associação acompanhou a efetivação da medida em todo o país, assim como o pagamento do auxílio-moradia. Em relação ao tema, a Conamp esteve mobilizada e buscou atuar junto aos tribunais superiores e conselhos nacionais a fim de resguardar os direitos dos membros casados.

■ SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Comprometimento com a proteção dos membros do MP e intensificação de esforços para a implementação de instrumentos capazes de garantir a integridade física e mental dos integrantes do MP.

■ PEC DA BENGALA

A Conamp se manifestou publicamente contra a PEC 457 por entender que a proposta implicaria no engessamento das carreiras de estado e na estagnação da jurisprudência brasileira.

■ POSSIBILIDADE DE PERMUTA

O conselho deliberativo da Conamp, durante reunião ordinária, decidiu, por unanimidade dos votantes, que a entidade seria a favor da possibilidade de permuta entre membros de Ministérios Públicos estaduais distintos.

■ CONTRA A PEC 412

Foi decidido pelo conselho deliberativo que a entidade é contra a aprovação da PEC, que trata da organização da Polícia Federal, e proposições relacionadas, e o presidente da Associação Sul-Mato-Grossense do MP (ASMMP), Lindomar Rodrigues, está à frente do processo de produção de texto técnico que fundamentar o posicionamento da instituição.

■ MAIORIDADE PENAL

Para a entidade, imputabilidade não significa irresponsabilidade e impunidade, ficando os adolescentes autores de atos infracionais sujeitos às medidas socioeducativas, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. A Conamp acredita que para o enfrentamento da delinquência infanto-juvenil é indispensável a adoção de medidas políticas, administrativas e judiciais no sentido da distribuição de justiça social.

■ PROPOSTAS ANTICORRUPÇÃO E MEDIDAS DE COMBATE À IMPUNIDADE

Os presidentes das afiliadas à CONAMP, membros do conselho deliberativo, aprovaram um conjunto de medidas a fim de contribuir no combate à corrupção e à impunidade.

■ EM DEFESA DO CONTROLE EXTERNO

O conselho deliberativo da Conamp aprovou ainda a publicação de Nota Técnica contra resolução que restringe o exercício do controle externo pelo MP da atividade policial.

■ CAMPANHA DE VALORIZAÇÃO DO MP

Foi criada uma campanha nacional pela valorização da atuação dos Ministérios Públicos dos Estados, com ênfase na defesa pela vida.



MOBILIZAÇÃO

Acompanhando atos que aconteceram em todo país, membros do Ministério Público e magistrados se no Fórum Civil, nas cidades de João Pessoa e Campina Grande, em uma mobilização para enfatizar o repúdio à tentativa do Congresso Nacional após a aprovação do PL 4.850/2016, que tratava do abuso de autoridade, e que teve várias emendas, as quais, além de retirar a possibilidade de aprimorar o combate à corrupção, houve a inclusão de proposta que coloca em risco o funcionamento do MP e Judiciário.

Paridade salarial

A APMP debateu em diversas oportunidades a questão da paridade salarial entre associados ativos e aposentados.

Audiências de custódia

Em reunião entre Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública e delegados da Polícia Civil, a APMP esteve presente para defender os interesses de seus associados sobre o funcionamento das audiências de custódia do Estado. O presidente Bergson Formiga defendeu a sincronização dos plantões das duas instituições e preparar os promotores de Justiça e juízes para as audiências de custódia, principalmente no interior do estado.



Campeão em casa

Pelo segundo ano consecutivo, os jogadores da Paraíba se sagraram campeões do Nordeste e mais uma vez, vencendo o Ceará. E foi emocionante. A partida terminou empatada por 1 a 1 no tempo normal e, por isso, a decisão foi para os pênaltis: 2 a 0 para a APMP. A segunda edição do torneio da Região Nordeste contou com a participação de mais de 100 atletas de seis associações: Paraíba, Bahia, Sergipe, Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte.

Congresso do MP da Bahia

Com tema “O MP e os Novos Panoramas”, o XIII Congresso do Ministério Público do Estado da Bahia discutiu, principalmente, temas voltados para o combate à corrupção, técnicas da Operação Lava-Jato, Mapa da Violência e Redução da Impunidade, entre outros. O presidente Bergson Formiga esteve presente.

Congresso Estadual do RS

No ano em que comemorou os seus 75 anos, a AMPRS promoveu o XIII Congresso Estadual do Ministério Público do Rio Grande do Sul. O evento reuniu promotores, juristas e convidados do Brasil inteiro que estabeleceram um debate qualificado sobre temas que envolvem as atribuições do MP e o seu papel na defesa da sociedade e da democracia brasileira.



REQUERIMENTOS

Muitas conquistas também foram vistas em 2016. A APMP, em sua incansável luta, garantiu o pagamento de auxílio natalidade, de serviço extraordinário para os promotores de Justiça, assegurando mais uma vez, os direitos da classe.

■ Auxílio-Natalidade

Foi conquistado o direito ao pagamento de auxílio-natalidade em quantia equivalente ao menor vencimento da carreira dos servidores efetivos.

■ Dias de plantão

Foi requerido o pagamento nos dias de plantão, em finais de semana e feriados, do valor de uma diária por cada dia.

■ Serviço extraordinário

A APMP conseguiu que fosse pago o serviço extraordinário em razão de designação para júri. A remuneração proposta foi no valor de uma diária e meia.

■ Terço de férias

Também foi requerido o pagamento de diferenças do terço de férias, que teria como base de cálculo o subsídio do membro, acrescido de toda verba remuneratória a que fizer jus – na época, o cálculo era feito apenas em cima do subsídio.



■ Reuniões

O presidente Bergson Formiga chegou a se reunir diversas vezes com o então procurador-geral de Justiça, Bertrand Asfora para pleitear que os requerimentos fossem deferidos.



Diretoria Regional do Nordeste

Em sessão solene no dia 29 de março de 2016 ocorreu a posse da nova diretoria, conselho fiscal e diretorias regionais da Conamp para o biênio 2016/2018. Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti foi reconduzida à presidência da entidade. Na ocasião, também foram empossados os diretores regionais, entre eles, o presidente da APMP, Bergson Formiga.

Posse no Piauí

Bergson Formiga representou a então presidente Norma Cavalcanti, na solenidade de posse da diretoria eleita da Associação Piauiense do Ministério Público.



Possibilidade de permuta

Em sessão plenária em 2016, o CNMP analisou a possibilidade de permuta entre os membros dos Ministérios Públicos dos Estados. O relator da matéria, conselheiro Leonardo Carvalho, apresentou voto afirmando ser favorável à possibilidade permuta, mas concluindo que o CNMP não tem competência para disciplinar o procedimento – o que deveria ser feito por meio de lei complementar estadual.



Atividade de Risco

Nesta mesma sessão plenária do CNMP, a presidente da Conamp, Norma Cavalcanti, defendeu a caracterização do exercício das funções do Ministério Público como atividade de risco.



Não cale o MP

Outra campanha lançada em 2016 foi “Não cale o MP”, que visava dar visibilidade aos ataques sofridos pela instituição e também pelo judiciário.



Combate à corrupção

Com o lema “Corruptos Não Passarão” a Conamp lançou outra campanha de combate à corrupção com o objetivo de alertar a sociedade sobre o fato em meio à crise política instaurada.

O ano de 2016 foi um período de muitas reuniões do conselho deliberativo da Conamp, e teve uma participação efetiva da APMP, através do presidente Bergson Formiga, que esteve praticamente em todas as reuniões, onde se discutiu proposições legislativas que afetariam prerrogativas, garantias e instrumentos do Ministério Público e membros. Além disso, apoiou de forma decisiva a capacidade investigatória do MP e sua luta no combate à corrupção.



■ PL 3123/2015

O Projeto de Lei (PL) 3123 de 2015 regulamentaria o teto remuneratório no serviço público. Para a Conamp, o PL 3123, ao modificar a política remuneratória, fragilizaria a garantia constitucional da irredutibilidade remuneratória dos membros da carreira. A entidade defendeu a rejeição do projeto, e depois de articulação conseguiu que a votação fosse suspensa.

■ PL 3123/2015

O conselho deliberativo aprovou a criação de duas comissões temáticas: uma para tratar da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 26 de 2011, que alteraria o regimento da aposentadoria dos membros do Poder Judiciário. A outra comissão ficou responsável por examinar os projetos que tratariam da reforma do Código de Processo Penal.



■ PLP 257/2016

Esta proposta estabelecia o Plano de Auxílio aos Estados e ao DF e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal. Em maio de 2016, membros da Conamp se reuniram com o deputado Esperidião Amin (PP/SC), relator do PLP, e manifestaram preocupação com a tramitação em regime de urgência projeto e apontaram alguns aspectos inconstitucionais do texto.

■ PEC 412/2009

A Conamp apresentou uma nota técnica contra a PEC 412/09, que trata da autonomia funcional e administrativa da Polícia Federal. Conforme o documento elaborado pela Conamp, a autonomia institucional da Polícia Federal não atende a expectativa de aprimoramento da atividade investigativa. Ao contrário, a PEC 412/09 retira o controle democrático institucional sobre a Polícia Federal.

■ APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

Em conjunto com a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), a Conamp ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (5490) contra a Lei Complementar 152/2015, que trata da aposentadoria compulsória.

■ MEDIDA PROVISÓRIA 711

Após sanção da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016, no ano anterior, que restringiu a concessão de auxílio-moradia, a Medida Provisória 711 foi aprovada, em 18 de janeiro, pela então presidente Dilma Rousseff, abrindo crédito extraordinário para pagamento do benefício.

■ PADRONIZAÇÃO DO PAGAMENTO DO AUXÍLIO-MORADIA

O CNMP, durante a 1ª Sessão Ordinária de 2016, realizada em 26 de janeiro, por unanimidade e nos termos do voto do conselheiro relator, Valter Shuenquener de Araújo, determinou a padronização da forma de pagamento do auxílio-moradia.

■ APOIO À LAVA JATO

Entidades que congregam 18 mil membros e representam todo o Ministério Público brasileiro emitiram uma nota pública em apoio aos excepcionais esforços e trabalho do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, e da Força-Tarefa Lava Jato, no combate à corrupção.

■ ELEIÇÃO DIRETA PARA PGJ

Durante audiência pública realizada no dia 30 de junho de 2016, no Senado Federal, a presidente da Conamp, Norma Cavalcanti, afirmou o posicionamento da entidade: eleição direta para o cargo de Procurador-Geral de Justiça (PGJ), com a nomeação do candidato mais votado, por voto uninominal.

■ FORO PRIVILEGIADO

O presidente Bergson Formiga, participou junto com outros representantes de associações de juízes e de promotores, de debate na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, defendendo o fim do foro especial por prerrogativa de função.



Segundo debate entre candidatos a PGJ

Depois do grande sucesso que foi o primeiro debate entre os sete candidatos ao cargo de procurador-geral do Ministério Público, a APMP realizou a segunda edição. Participaram os candidatos João Geraldo, Valberto Lira, João Arlindo, Clístenes Holanda, Francisco Seráfico, Amadeus Lopes e José Roseno.

Posse de Francisco Seráfico

Representando a APMP, o presidente Bergson Formiga participou da solenidade de posse de Francisco Seráfico como novo PGJ. Em seu discurso, o presidente da APMP ressaltou a brilhante carreira e a dedicação de Francisco Seráfico ao Ministério Público.



Primeira reunião com atual PGJ

A primeira reunião da diretoria da APMP com o atual PGJ, Francisco Seráfico, foi para discutir a tramitação dos requerimentos dos membros na instituição e também a proposição para que a Associação tenha assento e voz em órgãos colegiados da Administração Superior do MP.

Fesmip-PB

O presidente Bergson Formiga presidiu a cerimônia de posse do Conselho Curador da Fesmip-PB, após reeleição do promotor de Justiça, José Farias de Souza Filho, para o segundo mandato de diretor-geral da Fundação, para o biênio 2017-2019.

Promotor de Juri

Mais de 70 promotores de Justiça participaram dos dois módulos do “Curso de Formação e Aperfeiçoamento do Promotor do Júri”, ministrado pelo procurador de Justiça do Ministério Público de São Paulo (MPSP), Edilson Mougnot Bonfim. Além de expor algumas de suas experiências no Tribunal do Júri e elencar algumas das suas filosofias, o procurador discutiu assuntos como: acusação na tribuna do Júri, exemplos práticos no processo de percepção a evocação, além da produção e da interpretação de provas em diferentes tipos de crimes.

Gestão pessoal financeira

Depois de promover o Curso de Formação e Aperfeiçoamento do Promotor do Júri, com o procurador Edilson Mongenot, a APMP também realizou o curso de gestão financeira pessoal, com o professor Rodrigo Leone, com o objetivo de orientar os associados interessados a organizar as finanças e controlar o orçamento familiar.

- A Associação esteve presente ao XXII Congresso Nacional do Ministério Público, cujo tema foi “Três décadas da Constituição Federal de 1988: os novos desafios do Ministério Público”.

- A equipe participou do XVI Torneio Nacional de Futebol Society do MP e foi vice-campeã da categoria Super Master e o promotor Otacílio Marcus Machado foi o artilheiro com quatro gols.

- Mais uma vez, a APMP participou do III Torneio Nordeste de Futebol Society, que aconteceu na Praia do Forte, na Bahia.

- O Frestas-PB promoveu palestra para magistrados e membros do MP da Paraíba, com o especialista em previdência, o promotor de Justiça Paulo Penteado Teixeira Júnior, sobre as mudanças previstas na PEC 287, que trata da reforma da previdência.

Reunião sobre reforma da previdência

O presidente Bergson Formiga realizou visitas institucionais na Paraíba para tratar da reforma da previdência com os deputados federais Damião Feliciano (PDT) e Hugo Motta (PMDB). Em ambos os encontros foram entregues o estudo técnico realizado pela Conamp, com a apresentação de cinco emendas ao texto original.

Defesa do Associado

Em 2017, a APMP emitiu nota pública de desagravo, em defesa do promotor de Justiça, Pedro Henrique de Freitas.

Constituição do Frentas-PB

Representantes de entidades da Magistratura e do Ministério Público do Estado formalizaram a criação da Frentas-PB. Comprometeram-se as seguintes entidades: AMPB, APMP, Amatra 13, Ajufe-PB, ANPT e ANPR na Paraíba.



Congelamento do orçamento do MP

Bergson Formiga se reuniu com o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o deputado estadual Edmilson Soares (PEN) para debater o congelamento do orçamento do MP. Na ocasião, foi entregue uma Nota Técnica mostrando a preocupação da diretoria com o congelamento e alertando que isto pode impedir o cumprimento das metas e prioridades do Órgão.

Remoção e promoção

A APMP apresentou pedido de reconsideração de decisão do Conselho Superior do MPPB, que retirou da pauta e suspendeu o julgamento de editais de remoção e promoção.



Reunião com conselheiros

Junto com o procurador-geral de Justiça, Francisco Seráfico, o presidente da APMP, Bergson Formiga participou de reunião com os conselheiros do CNMP, Orlando Rochadel, Luciano Nunes e Fábio George, em Brasília. O objetivo da reunião foi para tratar de assuntos de interesse do Ministério Público da Paraíba.

Lar do Garoto

AAPMP acompanhou membros do MP da Paraíba em uma reunião da Comissão da Infância e Juventude do CNMP, presidida pelo conselheiro Walter Agra, em Brasília. O objetivo foi para tratar sobre as rebeliões ocorridas nas unidades de internação socioeducativa Lar do Garoto, na cidade de Lagoa Seca-PB, e que resultaram em mortes de adolescentes internados.

Plantão criminal

O presidente Bergson Formiga e o 1º vice-presidente Márcio Gondim, se reuniram com os juízes Marcial Henriques e Maria Aparecida Gadelha, e os defensores públicos Ricardo Barros e Coriolano Filho para tratar da sistemática dos plantões dos finais de semana na região metropolitana de João Pessoa. Ficou acordado que o plantão criminal iria cumprir a Resolução nº 213 do CNJ, com realização das audiências de custódia, inclusive, nos finais de semana.

Eleição da Conamp

A chapa “MP Forte e Unido” foi eleita por aclamação para a diretoria e conselho fiscal da Conamp, biênio 2018/2020. Única inscrita para o pleito, a chapa é encabeçada pelo promotor de Justiça Victor Hugo de Azevedo, que substituirá a promotora de Justiça Norma Angélica Cavalcanti. Também no pleito, o presidente da APMP, Bergson Formiga, foi reconduzido ao cargo de diretor Regional do Nordeste



Reunião no CNMP

O presidente Bergson Formiga, junto com o diretor Jurídico, Leonardo Quintans, e o procurador-geral de Justiça, Francisco Seráfico, assistiram a 8ª Sessão Ordinária de 2018 do Conselho Nacional do Ministério Público. Eles também visitaram os conselheiros do CNMP para discutir matérias de interesse do Ministério Público da Paraíba.

DIRETO DE BRASÍLIA • CAMPANHAS



#MinistérioPúblicoestáaqui

A CONAMP e associações afiliadas lançaram a campanha #MinistérioPúblicoestáaqui durante a cerimônia de abertura do XXII Congresso Nacional do Ministério Público. A campanha tem o objetivo principal, aproximar a sociedade do Ministério Público para que o trabalho realizado pelo parquet seja devidamente compreendido, reconhecido e valorizado.



#TodosJuntosContraCorrupção

A campanha foi uma iniciativa da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), que reúne mais de 70 órgãos e entidades em funcionamento no País. Por meio da denominada Ação 6 de 2017, coordenada pelo CNMP, a rede busca consolidar propostas de prevenção à prática da corrupção, fomentando a integridade social e a educação para a cidadania.



Dez verdades sobre o rezoneamento eleitoral

A iniciativa é um alerta para que a sociedade entenda os motivos reais pelos quais a extinção das zonas eleitorais é um retrocesso. A Conamp e afiliadas foram contra as normativas do Tribunal Superior Eleitoral e questionaram o rezoneamento eleitoral no Supremo Tribunal Federal.



REFORMA DA PREVIDÊNCIA E OUTRAS PAUTAS DE INTERESSE DA CLASSE

O ano de 2017 também foi marcado por uma forte atuação no Congresso Nacional do presidente Bergson Formiga, junto a Conamp e as demais afiliadas. Além dos constantes debates, também houve campanhas para alteração de PECs, além da contribuição para estas mudanças.

Atuação

Entre as proposições mais discutidas, estavam entre elas a **Reforma da Previdência (PEC 287/16)**, **Abuso de Autoridade (PL 7596/17)**, **Reforma do Código Penal (PLS 236/2012)**, entre outras. Também foi item da pauta o **PL 27/2016, que trata da Recomposição Inflacionária dos Subsídios dos integrantes do Ministério Público e da Magistratura**, assim como a reforma do **Código de Processo Penal (PL 8045/10)**. A Conamp, em parceria com a Frentas, sempre buscou sensibilizar ministros do Supremo Tribunal Federal para que a discussão avançasse no Supremo e no Congresso Nacional.



■ ADF 471

Foram ainda discutidas as normativas do TSE que tratam do rezoneamento eleitoral. A Conamp ingressou com uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 471) junto ao STF pedindo a suspensão das Resoluções nº 23.512 e nº 23.522, além da Portaria nº 207 do TSE.

■ QUESTIONAMENTO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016

A Conamp, juntamente com a ANPR e a ANPT, questionou no STF a Emenda Constitucional 95/2016, que instituiu novo regime fiscal. A aprovação da emenda ocorreu no Congresso Nacional apesar da intensa mobilização associativa. Durante a tramitação no parlamento, a Conamp se posicionou contra a proposta.

Comissões

O ano de 2018 foi de representatividade. Além de muitos encontros voltados para o debate sobre a participação e atuação de mulheres em eventos do Ministério Público, também foi o ano da criação da Comissão de Mulheres da Conamp. A promotora de Justiça Anita Bethânia Silva da Rocha foi indicada pela APMP para representar a Paraíba na comissão. Além disso, também foi criada a Comissão de Aposentados para lutar pelos direitos membros que já não estão em atividade. O escolhido pela APMP foi o associado Fernando Vasconcelos.



Audiência Pública

Aconteceu em outubro, no Plenário do CNMP, em Brasília-DF, a audiência pública que debateu a representatividade das mulheres em eventos jurídicos do MP como palestrantes, conferencistas, debatedoras e congêneres. O evento, promovido pela Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF/CNMP), contou com representantes da sociedade civil, autoridades e especialistas no tema fazendo suas exposições. Da Paraíba, estiveram presentes o presidente da APMP, Bergson Formiga, a representante do estado na Comissão de Mulheres da Conamp, Anita Bethânia Silva da Rocha, e também Dulcerita Alves, que representa a Paraíba no grupo de gênero do CNMP.



Reunião da Comissão de Mulheres

As diretrizes iniciais da Comissão das Mulheres foram definidas na primeira reunião do grupo em setembro. Dominou a pauta o debate sobre a organização e a rotina dos trabalhos da comissão. Nayani Kelly Garcia, indicada pela Associação Paranaense do MP, foi eleita coordenadora. Nos cargos de subcoordenadora e secretária, foram eleitas Elisamara Sigles Vodonos Portela, indicada pela Associação do MP de Mato Grosso, e Luciana Cristina Giannasi, indicada pela Associação Mineira do MP, respectivamente. A representante da Associação Paraibana do Ministério Público, Anita Bethânia Silva da Rocha, esteve presente.



Sorteio

Em apoio ao movimento de luta das mulheres, a APMP sorteou o custeio de uma representante para o II Encontro Nacional de Mulheres do MP, que aconteceu em Belo Horizonte. A associada sorteada foi a promotora de Justiça da 2ª Promotoria de Família e Sucessões da Capital, Anne Emanuelle Malheiros Costa y Plá Trevas, que falou sobre a importância deste debate para o parquet.

Assembleia Legislativa

Dois projetos de lei de autoria do Ministério Público da Paraíba, que visam reestruturar, dinamizar e otimizar o trabalho da instituição foram encaminhados à Assembleia Legislativa do Estado para apreciação dos deputados. Trata-se do Projeto de Lei Complementar que modifica a Lei Orgânica do MP e do Projeto de Lei Ordinária que dispõe sobre o quadro dos cargos efetivos da carreira do MPPB. Os projetos foram entregues pelo PGJ, Francisco Seráfico, ao presidente da Assembleia Legislativa, o deputado Gervásio Maia. O presidente Bergson Formiga esteve presente, defendendo os interesses da classe.

Visita ao MPPE

Acompanhando o procurador-geral de Justiça, Francisco Seráfico, o presidente da APMP, Bergson Formiga, foi ao MPPE conhecer o projeto Ciclo de Inovação Aberta (Mplay), desenvolvido pelo Laboratório de Inovação – MPLabs. Durante a reunião, o MPPE elencou 14 desafios para melhoramento da instituição, que incluem medidas para amplificar a atuação dos membros e servidores no combate à sonegação fiscal, defesa do patrimônio público, promoção dos direitos de crianças e adolescentes, dentre outros.

Requerimento

A APMP apresentou requerimento ao PGJ, por recálculo da PAE, com incidência de juros e correção monetária sobre o saldo devedor nos índices anteriormente aplicados (juros mensais de 0,5% e correção pelo IPCA).

Planejamento Estratégico

O presidente da APMP, Bergson Formiga, esteve presente às apresentações de projetos do Planejamento Estratégico do Ministério Público da Paraíba. Os encontros aconteceram em Guarabira, Cajazeiras, Patos, Campina Grande e foram encerrados em João Pessoa.

AÇÕES DA APMP • ERA DIGITAL

Novo site

O site da APMP de cara nova! Foram realizadas mudanças para que os nossos associados pudessem navegar com maior tranquilidade, ter acesso às nossas notícias e acompanhar de perto às ações da APMP em prol da classe.

Criação do APP

Além do site, outra novidade da APMP foi a criação de um aplicativo da entidade para facilitar a comunicação com os associados, que querem ficar por dentro de tudo que acontece na luta cotidiana pelos direitos da classe.

AÇÕES DA APMP • DEFESA DO ASSOCIADO

A APMP SE MANIFESTOU CONTRA-ATAQUES A ASSOCIADOS:

- A entidade emitiu nota de repúdio à manifestação do deputado estadual Ricardo Barbosa, que na tribuna da Assembleia Legislativa criticou a conduta funcional da Promotora de Justiça Carmen Eleonora da Silva Perazzo.
- A outra nota de repúdio emitida pela APMP, referiu-se às manifestações externadas pela Associação Paraibana de Advocacia Municipalista (APAM) por meio de “Voto de Desagravo”, o qual critica a conduta funcional da promotora de Justiça, Anita Bethania Silva da Rocha.



APOIO AO IV CONGRESSO DO MPPB

Com o tema “Ministério Público Contemporâneo: Três Décadas da Constituição Cidadã”, aconteceu o IV Congresso do MPPB, que contou com a participação de membros do parquet da Paraíba e de outros estados. O evento foi promovido pelo MPPB, através do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), em parceria com a Associação Paraibana do Ministério Público (APMP).

O evento contou com diversas palestras que trataram da importância da Constituição de 1988 e dos mecanismos para garantir a democracia brasileira. Durante a solenidade de abertura, foi apresentada a palestra do procurador de Justiça de São Paulo, Edilson Mougnot e também teve a apresentação do poeta e escritor Bráulio Bessa.

SMP
I Semana do
Ministério Público

Semana do MP

Para finalizar o ano, a APMP também apoiou a I Semana do Ministério Público, que trouxe uma série de eventos para aproximar a sociedade do parquet. As atividades fizeram parte das comemorações do Dia Nacional do Ministério Público (14 de dezembro).



FAB|ACADEMY

“A arte da negociação”

Após assinar um convênio com o centro de inovação e empreendedorismo Fabwork, a APMP sorteou sete promotores para curso “A arte da negociação”.



Convênios

Pensando nos seus associados, a APMP sempre buscou as melhores parcerias, fechando diversos convênios durante os últimos quatro nas mais diferentes áreas. No momento, mais de 60 estão em vigor e podem ser conferidos no nosso site.



Muitas foram as pautas debatidas pela Conamp e as associações filiadas em defesa da Classe neste ano de 2018. Desde a defesa de direitos e prerrogativas desde reuniões sobre o auxílio-moradia, a conquista do aumento e o debate sobre a reforma da previdência, entre outras coisas.

Aumento de 16,38%

Após anos de luta e debates dentro do Congresso, a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou, em 28 de novembro, o aumento de 16,38% no subsídio dos membros da Procuradoria-Geral da República (PGR) e do Supremo Tribunal Federal (STF). O incremento também foi concedido aos demais membros da magistratura e dos Ministérios Públicos, em todo o país.

PL 6726/16

- Acompanhamento de atividades da comissão do extrateto pela APMP e demais associações em diferentes momentos do ano.
- Reunião do Frentas com o presidente da Comissão Especial do Extrateto da Câmara dos Deputados, o deputado Benito Gama (PTB/BA).
- Divulgação de nota do Frentas ressaltando vícios no PL do Teto Remuneratório (PL 6726/16) e defendendo a sua rejeição.
- Presença em audiência pública sobre o extrateto.
- Esclarecimento sobre a recomposição dos subsídios e a garantia que a mesma não terá impacto orçamentário.

AUXÍLIO-MORADIA

- Foram debatidas em reunião do Frentas articulações conjuntas sobre pautas comuns, como o reconhecimento do caráter indenizatório da parcela remuneratória denominada de ajuda de custo para moradia e como são equivocadas as teses de incidência de imposto de renda na ajuda de custo para moradia.
- Participação da Conamp em reunião na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, vinculada à Advocacia-Geral da União (AGU), que trata da legalidade do pagamento do auxílio-moradia.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

- A Conamp e afiliadas acompanham desde o início da tramitação da reforma da previdência (PEC 287/2016) e desdobramentos. Além de produzir estudos técnicos, a entidade participou ativamente das mobilizações contra a medida em parceria com a Frentas e Fonacate. A Conamp também esteve reunida com diversos parlamentares e contribuiu no aperfeiçoamento de textos legislativos, como na elaboração do PLS 424/17, que dispõe sobre os crimes contra a Previdência Social.
- Em fevereiro, aconteceu em todo Brasil uma mobilização que contou com a participação de mais de 800 juízes e membros do Ministério Público contra a reforma da previdência e pela valorização das carreiras.
- Atuação sobre a perda de validade da Medida Provisória 805/2017, que elevava a contribuição previdenciária dos servidores de 11% para 14%.

SEGURANÇA PÚBLICA, IMPROBIDADE E DIREITO

- Durante reuniões da Conamp, foram analisadas propostas de modernização e aprimoramento da legislação sobre segurança pública.
- A Conamp chegou a se reunir com o ministro do STF, Alexandre Moraes, que recebeu da diretoria propostas de aperfeiçoamento da legislação relacionada à segurança pública.
- Com o propósito de combater o crime e a impunidade, foi aprovada a minuta de um documento, que se baseou em estudos realizados no âmbito da entidade sobre as reformas do Código Penal e Código de Processo Penal.
- A diretoria da Conamp passou a acompanhar as movimentações sobre as mudanças no Código de Processo Penal na Câmara.
- Código de Processo Penal foi tema de mobilização na Câmara dos Deputados.
- A Conamp também acompanhou o lançamento da nova versão do CPP, que foi publicada pela comissão especial da Câmara.
- O presidente Bergson Formiga, representando a Conamp, chegou a participar de reunião sobre PL 8.045/2010, em Brasília.
- Uma das pautas deste ano também foi a reforma da lei de improbidade administrativa. Em relação ao assunto, o Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Mauro Campbell convidou a Conamp para integrar a comissão de juristas que irá elaborar propostas de mudanças na lei.
- Foi sancionada, com vetos, alteração da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro após manifestação de entidades.

DIRETO DE BRASÍLIA • RAPIDINHAS

CNMP

Ao longo de 2018, a APMP acompanhou por diversas vezes sessões no CNMP.

CONAMP

Durante o IV Congresso do MPPB, o conselho deliberativo da Conamp realizou reunião na Paraíba.

Embarque armado

Bergson Formiga e demais representantes do MP e da magistratura discutiram com a Anac a Resolução nº 461/2018, que dispõe sobre os procedimentos de embarque de passageiros armados, despacho de armas de fogo e de munição e transporte de passageiros sob custódia a bordo de aeronaves civis.

**Assembleia Legislativa**

O presidente da APMP, Bergson Formiga, se reuniu com o presidente em exercício da Assembleia Legislativa da Paraíba, o deputado João Bosco Carneiro (PPS), para tratar de assuntos de interesse da entidade.

**Permuta**

Integrantes da diretoria e conselho deliberativo da Conamp, além de procuradores-gerais da Justiça, presidente do CNPG e promotores de diversos estados, encontraram com a PGR, Raquel Dodge para falar sobre permuta entre os membros do MP dos estados e DF.